



Os EUA e a Democracia em Portugal

Introdução

Há dias um semanário perguntava a vários intelectuais portugueses o que pensavam da influência americana em Portugal. E, sem dar por isso, dei comigo também a pensar nessa influência, acrescentando-lhe embora outro termo: qual é o significado da realidade portuguesa para os EUA... Expontaneamente recordei algumas linhas de um poema de Richard Davidson:

1 ed

"There are cities between us.
There are countries that separate our hopes.
There are Gods who dang the bells
Outmoded to both territories
Will I know your earth?
Will you know mine?
.....
Will I know your earth?
Will you know mine?
Can we walk free of both our cages?
Can our road be one road? "

São alguns marcos desse caminho que vou tentar apontar. Na perspectiva do conhecimento mútuo, do encontro, da reciprocidade das relações.

"Pode o nosso caminho ser um caminho?" Quais as condições dessa caminhada conjunta ?

I - Vencer a crise : uma tarefa comum

Já é hoje um facto claro que a crise mundial é uma crise estrutural profunda, que se estende a todos os sectores da vida

social e política, desde a "desordem monetária institucionalizada", como costuma dizer o ex-chanceler Halmut Schmidt, até à dependência acrescida que, no plano económico ou cultural, caracteriza muitos países cuja independência político-administrativa ainda não tem mais de 20 ou 30 anos.

Perante essa crise, não há pequenos ou grandes países. As responsabilidades, à escala de cada país, são enormes e as tarefas de uns e de outros encontram-se intimamente interligadas. Por isso me atrevo a sublinhar alguns valores que, na convivência entre Portugal e os EUA, podem guiar os nossos dois países.

1. - Auto-confiança (self-esteem)

Recordo-me que nas primeiras actividades em que colaborei nos EUA, por mais objectivo que fosse o tema em debate acabava sempre alguém por lançar a questão: "but who am I?" E confesso que a minha mentalidade técnica se impacientava com esse constante exercício de "soul-searching".

Mais tarde, compreendi. A pergunta não nascia só das longas maratonas de dinâmica de grupo ou da análise transaccional ou da influência de Carl Rogers ou de Eric Ericson.

Ela correspondia à necessidade vital, numa sociedade que se está fazendo, de encontrar um lugar próprio, de ganhar auto-confiança, para poder lutar e ser estimado.

Essa auto-confiança traduz, a nível pessoal, a urgência do aproveitamento máximo de todos os recursos humanos, a noção vivida por todos e cada um, de que é necessário otimizar todos os talentos e capacidades.

Essa procura de identidade conduz à mobilidade geográfica e profissional, introduz um factor de constante renovação e dinamismo nas instituições (Universidades, empresas, Igrejas), provoca uma possibilidade sempre aberta de mudança e de re-orientação.

Poderemos dizer o mesmo de Portugal? Retomando a sua dimen-



são geográfica europeia que, durante mais de 4 séculos, se alargara por todos os continentes, Portugal está à procura da sua identidade. Percorre o corpo vivo do meu país uma surda inquietação. E dessa inquietação dá conta a super-estrutura política cujos sobressaltos são, em grande parte, a incapacidade de fazermos circular livremente entre si, numa estimulante permuta, os grupos profissionais, os escritores, os artistas, os interesses económicos organizados.

Saber quem somos, hoje, em Portugal, é tão importante como o é para o americano imigrado de 2ª ou 3ª geração. E essa procura é a própria condição da vitalidade social e económica. É a raiz da nossa independência nacional.

A procura dessa identidade entroza directamente no pleno funcionamento das instituições democráticas e é sua condição fundamental.

2. - Convivência e solidariedade

Fundação Cuidar o Futuro

Quando, em diferentes grupos no meu país, tento expor o que é a democracia participativa que é um imperativo da Constituição da República Portuguesa, dou frequentemente como exemplo a estrutura social e política dos EUA.

Só quem vive um tempo em qualquer Estado do interior dos EUA se apercebe do que significa a organização democrática de uma comunidade. Participei, uma vez, a título de consultora, num seminário em Toledo (Ohio) constituído por um grupo de cidadãos que se organizara a partir do hospital para melhorar a assistência médica às pessoas quase indigentes ("welfare recipients"). Tudo foi mobilizado e em três meses os problemas ficaram resolvidos - sem apelo ao Estado apenas com algumas recomendações suplementares às autoridades municipais.

Tal participação exprime a capacidade de cooperação e de convivência. Que, de igual modo, se encontram ao nível de qualquer grupo organizado: empresa ou comunidade religiosa.



A democracia encontra aí uma forte raiz. Nesse contexto, pode exprimir-se o mais radical desacordo mas permanece a lei de ouro da democracia: lutar para que o outro, de ideias opostas, tenha a total liberdade de as expor.

Se há, em Portugal, quem apenas vê nos EUA a grande potência de que espera favores políticos, também há quem nela vê essa democracia viva que tudo faz para não discriminar, não marginalizar, e permitir, assim, a liberdade de expressão e os direitos cívicos de todos sem excepção.

Pertença à mesma geração que tudo fez nos EUA pelo estabelecimento dos direitos cívicos, pelo direito à palavra de todos os cidadãos, pela integração de todos os que a sociedade inexoravelmente marginaliza. Tenho nessa geração alguns dos meus melhores amigos e deles me orgulho em qualquer parte do mundo.

E em Portugal ?

Portugal polarizou-se nos últimos anos à volta do universo político-partidário e, na febre sectária das ideologias, deixou na sombra valores fundamentais da democracia.

Mas ao mesmo tempo, Portugal fez algo de extraordinário nos tempos modernos: integrou totalmente, sem quaisquer problemas, na breve espaço de 4 anos, um décimo da sua população vinda de África.

A democracia participativa existe no espaço social e cultural português, no tecido social do país, mas carece de expressão adequada ao nível das instituições do poder político.

A informação com as grandes decisões e negociações do país é mantida no grupo restrito dos que detêm o poder.

Daí a indeterminação que pesa na vida económica e que impede, em grande parte, os portugueses de se lançarem em novas iniciativas capazes de contribuir para o PIB, de dar trabalho aos jovens, de dinamizar a vida social.



Como ultrapassar esta situação de estagnação na vida econômica e social ?

3. - Gosto do risco

Falar de mobilidade, de liberdade de expressão, é, no quadro americano, acentuar o gosto do risco, a capacidade de iniciativa, a força da perseverança.

Quantas vezes ouvi, na boca de americanos, perante uma hesitação, ou um receio de que a tarefa fosse quase impossível, a frase corrente: "Difficult things are possible; impossible things take a little longer".

Penso que essa enorme força do risco tem que ver com o espaço: muitas iniciativas nascem livremente aqui e ali, como outros tantos movimentos brownianos aparentemente não conduzidos, mas expressão e causa de uma energia nova.

O risco não é utopia nem aventura. É oportunidade calculada, programada, baseada na investigação científica e no controle técnico.

Em cada iniciativa, há, para os americanos, uma "nova fronteira". Um grande presidente soube dar à América das últimas décadas o fôlego de buscar a "new frontier".

E, aí, algo de comum se passa com Portugal. Também nós fomos, ao longo de muitos séculos, buscando fronteiras, para além daquelas que aqui estabelecemos. No nosso universo mítico, "o caminho para a Índia" é uma constante. Só os que envelheceram e perderam a esperança se contentam com o que os outros lhes trazem até à porta. A grande maioria da população portuguesa vive buscando "esse porto sempre por achar".

A grande clivagem entre os portugueses está hoje entre aqueles que se acomodam, se contentam com o modo como as coisas são e aqueles que procuram imaginativamente novas soluções e novas pistas.



Os primeiros, deixando que a iniciativa se perca, julgam-se realistas e consideram os segundos ~~de~~ idealistas ou utópicos. Mas estes, se o são, são-no à maneira como o era Bob Kennedy quando citava Bernard Shaw:

"Many see things as they are and say "why?". I dream things that never were and say "why not?".

II - Contradições da política interna e externa dos EUA nas suas repercussões em Portugal

Não bastam, porém, estes valores comuns. É necessário que, para além do seu povo e dos seus técnicos e pensadores, também os dirigentes políticos reconheçam algumas das contradições da política interna e externa dos EUA e as suas repercussões em países como Portugal.

Fundação Cuidar o Futuro

O meu país tem uma posição clara na sua participação na NATO e honra os compromissos assumidos. Mas justamente porque é um pequeno país e conhece os problemas dramáticos de sobrevivência do Sul, não pode deixar de erguer a sua voz contra a escalada desordenada do terror e o imenso dispêndio em armamento, quando seres humanos morrem aos milhões, à míngua dos excedentes dos mais ricos.

As alianças de que somos parte não podem ser, para nós, écrans mistificadores da tradição cristã de muitos séculos e da responsabilidade na preservação dos grandes valores da humanidade. Sabemos que, nesse primado dos valores morais, estamos em uníssono com o povo americano.

Três aspectos do comportamento dos dirigentes políticos dos EUA são, directamente para Portugal, motivo de preocupação:

- em primeiro lugar, a total des-solidarização dos EUA em relação à defesa dos direitos do povo de Timor Leste, ma-



nifestada no conhecimento da impossibilidade material de Portugal ~~de~~ defender a integridade desse território sob sua administração e, na sua indiferença, a continuação do apoio às forças que invadiram Timor Leste e contra o direito internacional o ocuparam e ocupam;

- em segundo lugar, a posição em relação à República Popular de Angola e à de Moçambique pelo apoio dado ao governo de Pretória no seu não cumprimento do acordo da Namíbia e no seu comportamento da guerrilha armada em Moçambique;
- em terceiro lugar, a reacção exagerada face aos movimentos sociais e políticos da América Latina, levando, em alguns países da América Central, a situações que tocam já a violação do direito internacional.

Sabemos que, muitos destes problemas, se não todos, são resultado da cada vez mais acentuada divisão do mundo em zonas de influência. E que os EUA, na escalada militar, partilham a responsabilidade com a URSS. Por isso, gostaria de exprimir a minha opinião pessoal com as palavras que o Cons. de InterAcção ^{de ex-Chefe de Gabinete} dirigiu às duas super-potências:

①



Nos EUA, o autor de "The fallacy of stars wars", diz, no já longo debate sobre a SDI

Estou inteiramente de acordo com as precauções do MNE português quanto aos esclarecimentos necessários para que Portugal possa participar ou não no SDI.



Fundação Cuidar o Futuro

Nos EUA, o autor de "The fallacy of stars wars", diz, no já longo debate sobre a SDI:

O segundo vector da política interna e externa dos EUA é a relação entre o déficit interno dos EUA e a dívida externa dos países sub-desenvolvidos. O ciclo é contínuo e infernal: para colmatar o déficit das contas públicas, a taxa de juro do dólar sobe, as dívidas dos países pobres aumentam ^{artificialmente}, até que se dê o que o ex-PM Callaghan ^{chamou} a bomba relógio da dívida.

Esta afirmação foi incorporada na declaração do ^{Conselho de Interação} de ex-chefes de Governo que foi transmitida à cimeira de Bona:



Fundação Cuidar o Futuro

É certo que a responsabilidade não cabe apenas aos países ricos e, em particular, aos EUA.

Se os países devedores têm uma má gestão, se não estabelecem prioridades econômicas claras, e se apenas usam mecanismos de controle monetário e financeiro, não têm condições sequer para negociar empréstimos.

Consciente das graves consequências desta situação para a sua própria economia, sobrecarregada com uma dívida de 16.300 bilhões de dólares, e igualmente consciente de que esta situação é partilhada por muitos outros países, Portugal, a meu ver, tem necessariamente de encontrar os meios para negociar a sua dívida externa.

Ao mesmo tempo, pensa que, ao fazê-lo, contribui para melhorar a situação social, econômica e empresarial do povo americano, já que a excessiva valorização do dólar provocou, só entre 80 e 83, um aumento de 3 milhões de desempregados.

Fundação Cuidar o Futuro



III -Uma Europa forte face aos EUA

É neste quadro que o empenho de Portugal na construção de uma Europa forte deve ser um imperativo para o povo português.

Em primeiro lugar, uma Europa que possua o grau de auto-confiança, de cooperação entre Estados e de sentido do risco capaz de lhe dar de novo um papel no mundo e, em especial, no seu diálogo com qualquer das duas super-potências. Nenhum povo deseja ser hegemónico e o sentido democrático do povo americano leva-o a desejar libertar-se do papel de "protector" de um continente que tem condições para se bastar a si próprio.

Em segundo lugar, uma Europa capaz de ultrapassar, no seu próprio seio, a diferença entre cidadãos de 1ª e cidadãos de 2ª, em virtude da sua maior ou menor capacidade aquisitiva. Uma Europa que, em termos económicos, equacione o problema devedor-credor como um só e único problema. Uma Europa capaz de potenciar os seus recursos humanos e de encontrar, na sua imensa capacidade intelectual, o dinamismo para a renovação dos seus processos, da sua indústria, dos seus produtos.

Em último lugar, uma Europa que não contasse unicamente com a defesa dos EUA permitiria, sem dúvidas, que os EUA pudessem encarar de outro modo os problemas contemporâneos de conflito: no Golfo, nas Caraíbas, no Índico, em África, como pretendem alguns americanos e no Pacífico, como a leitura das coisas indica.

Contribuir para uma Europa forte pode ser para Portugal um elemento dinamizador, já que a sua adesão a um dos mecanismos institucionais da Europa, a CEE, trará consigo um período de transição de pesados custos para Portugal.

Para tal, Portugal tem de realizar com a maior urgência algumas tarefas internas, entre as quais avulta a necessidade de estabelecimento de regras claras para os agentes económicos. O Plano de desenvolvimento económico e social, elaborado de forma participada e não tecnocrática ou ideologicamente dirigido, é um imperativo do relançamento da economia em Portugal.



Não precisamos, para tal, de mudar a Constituição e de deixar de novo o país parado, enquanto os homens de leis encontram soluções para uma revisão interminável.

Conclusão:

Saudação de Álvaro de Campos a Walt Whitman:

"De mãos dadas, Walt, de mãos dadas"



Fundação Cuidar o Futuro